

Cam efeito, êsse livro se harmoniza pelo sucesso separado de dois esforços: o do historiador, Prof. Wolff, deixa os textos falarem, alguns dêles traduzidos do latim ou do ocitano; o artista, Jean Dieuzaide nos faculta descobrir a presença humana numa grande cidade. Saborosos, às vêzes agressivos, muitas vêzes comoventes, os textos são precedidos por grandes notícias históricas que precisam o sentido e amplificam o seu valor. Realista, maliciosa ou melancólica, a série de imagens não foi inserida para ilustrar o texto, mas representa uma obra que traz em si sua unidade.

Após a **Histoire de Toulouse** do Prof. Philippe Wolff, que já está na sua segunda edição, esta **Voix et Images de Toulouse** nos traz a presença dessa cidade através dos diálogos da palavra e da visão.

E. S. P.

*

* *

RODRIGUES (José Honório). — **Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico político.** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1964. 246 págs.

Uma das mais penetrantes interpretações panorâmicas de nossa história política acaba de dar-nos o Prof. José Honório Rodrigues, numa obra cuja leitura justamente apaixona menos pelo caráter polêmico e até pela própria natureza das proposições defendidas, do que pela acuidade do autor nas análises que realiza, qualidade essa já reconhecida em títulos vários de sua obra anterior. Se nos atrai êste último predicado, nem por isso entretanto deixam de merecer maior reflexão os temas aqui tratados pela seriedade que encerram.

Tem por objetivo o livro uma espécie de inventário das causalidades históricas brasileiras, compreendendo seus processos evolucionários e revolucionários, equacionando suas teses e antíteses mais expressivas, apuradas desde o período colonial até a contemporaneidade, através dos motivos condutores que são apontados e estudados pelo autor.

Partindo sobretudo da obra de colonização portuguesa no Brasil, aponta-nos as raízes da índole e dos comportamentos individuais e coletivos, reveladores de nossas tendências transigentes e intransigentes.

Com a informação erudita, com que sempre marcou sua obra, sabendo dar força aos dados estatísticos que arrola para sua argumentação, o prof. José Honório Rodrigues critica as teses geralmente defendidas pelo que chama de "história oficial", e que seria menos oficial do que acadêmica e acomodaticia na posição descritiva que sempre assumiu através das consagradas repetições de ambição fotográfica, isto é, de simples "flashes". sem maiores reflexões ou tentativas de interpretação, numa disposição que caracterizou a quase totalidade do nosso "processo historiográfico", pelo menos até há pouco, principalmente antes dos trabalhos de propedêutica, in-

investigação e discussão que se procedem em algumas de nossas Faculdades de Filosofia.

Nesse sentido, o que realmente temos em matéria de revisionismo, em boa parte, se circunscreve a retoques de troca-tintas mais preocupados com traços e côres, do que com a perspectiva dos quadros.

Recorrendo amiúde às páginas de jornalistas como Justiniano José da Rocha, Sales Tórres Homem, Cipriano José Barata, Lopes Gama, alguns até contraditórios nas atitudes e campanhas que defenderam ao longo de sua carreira, mostra-nos contudo que êsses homens de imprensa sem intenção de fazer História, ou melhor de escrever História, deixaram todavia como depoimento e crítica coetâneos, algumas análises bastante válidas para a interpretação historiográfica, surpreendendo-nos apenas a ausência neste livro do nome de um dos nossos mais sérios publicistas, José Francisco Lisboa.

Na mesma linha de idéias, procura José Honório Rodrigues apontar o fio que é responsável em nosso processo pelas condescendências individuais e coletivas, na liderança ou na massa, geralmente pacíficas e paliativas, harmoniosas e pusilânimes, dando bem a medida de nossa psicologia, que não conseguiu entretanto abordar as rebeliões que em busca de uma revolução social, parcial ou integral, vêm se dando ao longo dêstes quatro séculos de nossa História.

E' a configuração do isolamento do Poder em relação à Sociedade, para a qual êle foi criado e existe. Entretanto, o nivelamento que o autor propõe para todos os movimentos de rebeldia, não nos parece acertado, como também carente de maior reflexão se nos afigura a irresponsabilidade total com que poupa nossa legislação eleitoral em relação ao mau funcionamento do mecanismo democrático (pág. 100), ou ainda a tolerância e compreensão do fenômeno que envolve a corrupção numa democracia (pág. 178). Para abusarmos um pouco mais desta lista de apreciações, anotaríamos também como excessivamente resumidas e por isso para nós inaceitáveis nos termos apaixonadamente propostos, a defesa que faz da grave política (pág. 224) e as afirmações de que a industrialização resolve simplesmente o subdesenvolvimento, quando o próprio autor critica a mentalidade que agita tal solução independente de um conjunto de condições relevantes, tôdas passíveis de consideração (pág. 26).

O estudo da tendência do povo brasileiro à conciliação, apesar de constituir-se em tema central da obra e portanto ter merecido o maior número de reflexões, chega às vezes a provocar interrogações no leitor, como à página 122, no item 32, quando aponta como qualidade positiva dêsse povo, entre outras, a desaprovação da conciliação, mas isto depois de falar mais de uma vez na sua sensibilidade e reiterado espírito de tolerância. Não entendemos também porque à página 33, afirma sem maiores explicações, que só a partir de 1730, os portos do Brasil passam a servir de escala para os navios do Oriente, quando então se estabelece próspero comércio afro-asiático-brasileiro.

Em contrapartida, os termos com que analisa o govêrno reformista de Vargas e a comparação dos demais periodos políticos em relação ao Império; o desequilíbrio regional; o verdadeiro alcance da revolução de 30; as mazelas do nosso ensino; o valor do voto do analfabeto, entre outros temas, todos geralmente escudados em numerosa legislação e dados estatísticos, são reveladores de sincera preocupação com a realidade nacional, que ora continua se debatendo em busca das reformas de base que a libertação da força opressiva de um pretérito comprometido.

Uma última lição ainda nos deixa esta obra, é a do chamamento à realidade dos historiadores brasileiros, para uma conscientização da qual êle próprio José Honório Rodrigues é um dos altos exemplos através dos temas que de uns anos para cá tem abordado em seus estudos.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* *

BATALHA (Jair Rocha). — **Calhaus e burgaus.** São Paulo. 1958. 95 págs.

Plano geral da obra:

1. — Prefácio.
2. — Os Gracos e o problema do "ager publicus".
3. — O determinismo geográfico no bandeirismo.
4. — Gaspar Vaz, o fundador de Mogi das Cruzes na Conquista do Guairá.
5. — Formação étnica do Bandeirante.
6. — A Marquesa de Santos.
7. — Os japoneses no município de Mogi das Cruzes.

O prof. Jair Rocha Batalha, ao publicar o seu livro **Calhaus e burgaus**, procurou, ao usar os termos burgau, que significa cascalho e calhau, que na gíria jornalística quer dizer "artigo ou tópico de pouco interesse que se põe de lado, reservando-o para ocasião em que falte melhor matéria", resolveu esconder na sua modéstia um trabalho de importância para todo aquêlê que se dedica ao estudo do passado de nossas cidades mais tradicionais. Quer nos parecer que a publicação das 95 páginas que compõe **Calhaus e burgaus** se justificariam simplesmente pelos tópicos: "Gaspar Vaz, fundador de Mogi das Cruzes, na Conquista do Guairá" e "Os japoneses no município de Mogi das Cruzes", o primeiro revelando a potencialidade de um historiador, que iria ser suplantada pela vida dedicada ao estudo da Geografia, à qual se dedicou como professor que é da matéria, como o demonstra claramente o segundo tópico que citamos.

Ao destacarmos os dois tópicos, como o fizemos, pretendemos chamar a atenção dos leitores para os dois pontos principais da coletânea de artigos apresentada pelo autor, por ver nesses capítulos elementos interessantes e elucidativos, tanto para a história mais an-